

Os fatos só podem ser totalmente compreendidos se o **contexto histórico** que os geraram forem conhecidos e analisados. Este material mostra que os problemas enfrentados pelos indígenas **Yanomamis têm mais de 30 anos**.

Muitos que hoje acusam não foram capazes de solucionar os problemas quando já estiveram no poder. Nessa coletânea de *prints*, constam algumas notícias e extratos de estudos, **desde 1991**, e que mostram os **problemas herdados e enfrentados com ações e investimentos pelo governo Bolsonaro**.

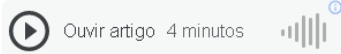
The screenshot shows the website of Instituto Socioambiental. The header includes navigation links: Início, Sobre o Acervo, Contato, and the logo. On the right, there are links for Publicações do ISA, Loja, and Junte-se a nós. A search bar is present with the text 'Buscar documentos, mapas, vídeos e muito mais...' and a dropdown menu set to 'Todo o Acervo'. Below the search bar, a breadcrumb trail reads 'INÍCIO > NOTÍCIAS > ASSASSINATO DE ÍNDIOS AUMENTA 168% NOS GOVERNOS LULA E DILMA' with '2776 visualizações' on the right. The article title 'Assassinato de índios aumenta 168% nos governos Lula e Dilma' is centered. Below the title, it says 'O Globo, País, p. 4' and '08 de Jun de 2013'. There are social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, and Email. The article text begins with 'Assassinato de índios aumenta 168% nos governos Lula e Dilma' and 'ANDRÉ DE SOUZA'. The bottom of the screenshot shows the UOL website navigation bar with various product and news categories.

COTIDIANO

Número de índios assassinados aumenta 168% nos governos Lula e Dilma, aponta jornal



Do UOL, em São Paulo
08/06/2013 13h09



Nos mandatos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e nos dois primeiros anos de de governo de Dilma Rousseff, 560 índios foram assassinados no país,

PUBLICIDADE



Observe as datas das notícias

Pesquisar na Web ▾ 1 de jan. de 2003 – 31 de dez. de 2018 ▾ Classificados por relevância ▾ Limpar

... BBC

Índios yanomamis apostam no turismo para afastar ameaça de garimpo e ganhar autonomia

Em alguns garimpos desativados há décadas, a vegetação começa a se regenerar. O Exército disse à BBC que a região está livre de garimpo há um bom tempo. Porém,...

24 de abr. de 2018



El País

A corrida pelo ouro ameaça os Yanomami da Amazônia brasileira

A Funai estima, com base em relatos dos índios e nos sobrevooos, que ao menos 3.000 garimpeiros estejam agindo no momento dentro da terra Yanomami, uma área de 9...

26 de dez. de 2014



G1

Extração ilegal em garimpo de RR movimentou quase R\$ 1 bi ...

A extração ilegal de ouro na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, gerou cerca de R\$ 1 bilhão em movimentações ilegais entre os anos de 2013 e 2014 nos...

7 de mai. de 2015



G1

R\$ 1 bilhão em movimentações ilegais entre os anos de 2013 e 2014 nos...

7 de mai. de 2015



G1

Líder indígena denuncia garimpo ilegal na Terra Yanomami ...

O líder indígena Carlos Nailson Xirixana, da Comunidade Ninam, procurou o G1 nesta sexta-feira (6) para denunciar que garimpeiros invadiram a Terra Indígena...

6 de nov. de 2015



O Globo

Novas imagens mostram tribo isolada ameaçada pelo garimpo na Amazônia

Até 1992, quando foi criada a Terra Indígena Yanomami, os índios da região eram dizimados por invasores, como garimpeiros, e também foram vítimas de doenças...

18 de nov. de 2016



G1

Pesquisa revela nível alto de mercúrio em índios de área ...

Pesquisa revelou alta concentração de mercúrio em índios Yanomami e Ye'kuana (Foto: ... regiões onde há grande exploração de garimpo ilegal de ouro.

4 de mar. de 2016



g1 G1

Líder indígena denuncia garimpo ilegal na Terra Yanomami ...

O líder indígena Carlos Nailson Xirixana, da Comunidade Ninam, procurou o G1 nesta sexta-feira (6) para denunciar que garimpeiros invadiram a Terra Indígena...

6 de nov. de 2015



G O Globo

Novas imagens mostram tribo isolada ameaçada pelo garimpo na Amazônia

Até 1992, quando foi criada a Terra Indígena Yanomami, os índios da região eram dizimados por invasores, como garimpeiros, e também foram vítimas de doenças...

18 de nov. de 2016

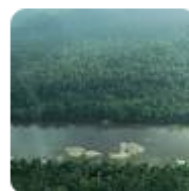


g1 G1

Pesquisa revela nível alto de mercúrio em índios de área ...

Pesquisa revelou alta concentração de mercúrio em índios Yanomami e Ye'kuana (Foto: ... regiões onde há grande exploração de garimpo ilegal de ouro.

4 de mar. de 2016



dw DW

Estudo denuncia epidemia de garimpos na Amazônia brasileira

Mercúrio usado no garimpo do ouro contamina fauna e populações locais. ... Num estudo realizado com a comunidade yanomami de Aracaçá, na região de Waikás,...

10 de dez. de 2018



g1 G1

Família diz que garimpeiros estão desaparecidos em terra indígena Yanomami, no Sul de RR

Dois garimpeiros estão há 13 dias desaparecidos na Terra Indígena Yanomami, município de Caracaraí, no Sul de Roraima, segundo familiares.

29 de out. de 2018



E El País

“Estamos tomando água poluída, de mercúrio. O povo ...

Como está a situação do garimpo na sua terra? R. A Terra Yanomami foi homologada, mas não está sendo respeitada. Os garimpeiros começaram a voltar devagar em...

24 de abr. de 2017



Família diz que garimpeiros estão desaparecidos em terra indígena Yanomami, no Sul de RR

Dois garimpeiros estão há 13 dias desaparecidos na Terra Indígena Yanomami, município de Caracaraí, no Sul de Roraima, segundo familiares.

29 de out. de 2018



E El País

“Estamos tomando água poluída, de mercúrio. O povo ...

Como está a situação do garimpo na sua terra? R. A Terra Yanomami foi homologada, mas não está sendo respeitada. Os garimpeiros começaram a voltar devagar em...

24 de abr. de 2017



g1 G1

Com alta do ouro, reserva yanomami enfrenta invasão de ...

Os garimpeiros sabem que a atividade é ilegal. "Mas eu não tenho profissão. E eu preciso muito", justifica-se o garimpeiro Franco de Lemos. Seu colega Charles...

9 de out. de 2011



Pesquisar na Web ▾

1 de jan. de 2003 – 31 de dez. de 2018 ▾

Classificados por relevância ▾

Limpar

... BBC

Por que ianomâmis fizeram ritual por saída de Jucá

Os garimpeiros aliciaram indígenas, que largaram seus modos de vida e passaram a ... da história dos Yanomami", diz à BBC Brasil Rogério Duarte do Pateo,...

25 de mai. de 2016



g1 G1

MPF em RR investiga sumiço de seis garimpeiros na Terra Yanomami

... em Roraima informou nesta quarta-feira (9) que investiga o suposto desaparecimento de seis garimpeiros na região de Homoxi na Terra Indígena Yanomami.

9 de nov. de 2016



g1 G1

Exército destrói garimpo ilegal e detém 60 pessoas em terra indígena de RR

Militares ainda apreenderam armas e bebidas alcoólicas no garimpo localizado em Terra Indígena Yanomami. Por G1 RR. 22/02/2018 18h19 Atualizado há 4 anos...

22 de fev. de 2018



g1 G1

MPF denuncia 34 pessoas envolvidas na Operação Xawara

...

... fomento e apoio ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY), ... De acordo com o MPF, o garimpo ilegal era sustentado por uma complexa...

20 de nov. de 2013



B Brasil de Fato

Crescimento do garimpo ilegal na Amazônia atinge ...

"Várias doenças estão surgindo por conta da contaminação e de crimes ambientais feitos pelos garimpeiros", denuncia Dario. O povo Yanomami se organiza através...

14 de dez. de 2018



g1 G1

Exército faz nova etapa de operação contra garimpo ilegal na Terra Yanomami

Equipes estão operando para combater o garimpo ilegal ao longo dos rios Mucajaí e Catrimani, na Terra Yanomami, tendo como objetivo principal desestruturar...

18 de set. de 2018



g1 G1

Imagens inéditas mostram 'cidade' de garimpeiros em plena selva amazônica no interior de Roraima



dw DW

Epidemia de sarampo ameaça os yanomami, afirma ONG

Survival International alerta que indígenas têm baixa imunidade à doença e que surto pode ter origem no garimpo ilegal em regiões remotas da Amazônia no...

29 de jun. de 2018



g1 G1

Vinte anos após Massacre de Haximu, índios temem novo ...

Vinte anos após 12 índios serem mortos em um conflito com garimpeiros na Terra ... "O garimpo tem potencial de causar danos permanentes aos povos yanomami.

22 de mar. de 2013



g1 G1

PF faz operação de combate ao garimpo ilegal em terras indígenas de RR

... que tem o objetivo de combater o garimpo ilegal em terras indígenas Yanomami e em reservas ambientais. Ao todo, 29 mandados de prisão foram expedidos...

27 de set. de 2018



g1 G1

Globo Amazônia - Veja as últimas notícias e proteste contra



OVOS INDÍGENAS NO BRASIL

1991 / 1995

Socioambiental - [Resultados](#) | [Acervo](#) | [ISA \(socioambiental.org\)](#)



1991 - 1995



POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1991/1995



POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 1991/1995



POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

1991 / 1995




PUBLICAÇÕES DA SÉRIE
POVOS INDÍGENAS NO BRASIL
DISPONÍVEIS

EM PREPARAÇÃO LIVRO E CD-ROM:
ENCICLOPÉDIA POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

- VERBETES POR ETNIAS, TEMAS, PERSONAGENS E INSTITUIÇÕES.
- EDIÇÃO TRILINGUE (PORTUGUÊS, ESPANHOL E INGLÊS).
- UM PROGRAMA EDITORIAL ATÉ O ANO 2000.

1	3	4
2	5	
6	7	8

1. Abenatiaçu, Omard (AB) - INDÍGENAS (PARANÁ), 1993 (1995)
2. Araraeté (PA) - TRIBUTOS E CANTOS DO CANTO (PA), 1993 (1995)
3. Araraeté (PA) - MÚSICA, 1993 (1995)
4. Atxá (AM) - MÚSICA, 1993 (1995)
5. Kaxómbi A-Guá (PA) - MÚSICA, 1993 (1995)
6. Xikri de Caxari (PA) - MÚSICA, 1993 (1995)
7. Guayana (MS) - História / Geografia do Brasil (MS) - O R. SUPERMERCADO DA TERRA, 1994
8. Guayana (MS) - História (MS) - MÚSICA, 1993 (1995)








LISTA DE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

(Fonte: Banco de Dados do Programa Povos Indígenas no Brasil - Instituto Socioambiental, dez/95)

1991 - 1995

Nome	Outros nome ou grafias	Tronco/língua	UF (Brasil) Países Limítrofes	População censo/estimativa	Ano	
1	Aikanã	Aikanã, Massaká, Tubarão	Aikanã	RO	175	1995
2	Ajuru		Tupari	RO	38	1990
3	Amanayé	Amanaié	Tupi-Guarani	PA	66	1990
4	Anambé		Tupi-Guarani	PA	105	1994
5	Aparai	Apalai	Karib	PA	?	
6	Apiaká	Apiaci	Tupi-Guarani	MT	43	1989
7	Apinayé	Apinajé, Apinalé	Jê	TO	718	1989
8	Apurinã		Aruák	AM	2.800	1991
9	Arapáço	Arapasso	Tukano	AM	317	1992
10	Arara	Ukarãgmã, Ukarãngmã	Karib	PA	165	1995
11	Arara	Karo	Ramarama	RO	130	1989
12	Arara	Shawanaui	Pano	AC	300	1993
13	Arara do Aripuanã	Arara do Beiradão	?	MT	150	1994
14	Araweté	Araucté	Tupi-Guarani	PA	230	1995
15	Arikapu	Aricapu	Jaboti	RO	6	1990
16	Arikem	Ariquen	Arikem	RO	?	
17	Aruá		Mondé	RO	36	1990
18	Asurini do Tocantins	Akuáwa	Tupi-Guarani	PA	233	1995
19	Asurini do Xingu	Awaeté	Tupi-Guarani	PA	81	1995
20	Atikum	Aticum	**	PE	2.799	1989
21	Avá-Canoeiro		Tupi-Guarani	TO/GO	14	1995
22	Aweti	Aueti	Aweti	MT	93	1995
23	Bakairi	Bacairi	Karib	MT	570	1989
24	Banawa Yafi		Arawá	AM	120	1991
25	Baniwa*	Baniua, Baniva	Aruák	AM	3.189	1995
			Colúmbia		?	
			Venezuela		(1.192)	1992
26	Baré*		Tukano	AM	40	1992
				Colúmbia	(296)	1988
27	Baré*		Nheengatu	AM	2.170	1992
				Venezuela	(1.136)	1992
28	Bororo	Boe	Bororo	MT	914	1994
29	Chamacoco*		Sanzuko	MS	40	1994
				Paraguai	(908)	1992
30	Cinta Larga	Matétamãe	Mondé	MT/RO	643	1993
31	Columbiara	Corumbiara	?	RO	?	
32	Deni		Arawá	AM	570	1995
33	Desano*	Desãna, Desano, Wira	Tukano	AM	1.458	1992
				Colúmbia	(2.036)	1988
34	Enawenê-Nowê	Salumã	Aruák	MT	253	1995
35	Fulni-ô		Yatê	PE	2.788	1989
36	Galibi Marwomo	Galibi do Uaçá, Aruã	Karib	AP	1.249	1993
37	Galibi*	Galibi do Oiapoque	Karib	AP	57	1993
				Guiana Francesa	(2.000)	1982
38	Gavião	Diglit	Mondé	RO	360	1989

1991 - 1995

RORAIMA: UM ESTADO DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA

Euclides Pereira (*)

A VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA AS COMUNIDADES INDÍGENAS DE RORAIMA SE NOTABILIZA PELO APOIO INSTITUCIONAL DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, PERMITINDO QUE PRÁTICAS CRIMINOSAS FIQUEM IMPUNES E SE PERPETUEM

O Conselho Indígena de Roraima (CIR), criado legalmente em dezembro de 1990, tem como objetivo principal trabalhar pela demarcação das terras indígenas no estado e defender os interesses e direitos dos índios de Roraima. O CIR trabalha com base nos direitos indígenas garantidos pela Constituição de 1988.

O maior problema enfrentado pelas comunidades indígenas de Roraima, concomitantemente com a invasão, não demarcação de suas terras e a expropriação e destruição de seus recursos naturais, é a violência institucionalizada que dá suporte a estas violações, através de ameaças de morte, prisões ilegais, destruição de bens, lesões corporais e mesmo no homicídio de indivíduos pertencentes as comunidades indígenas, cometidos por policiais civis e militares.

O estado de Roraima tem cerca de 42% de seu território habitado por populações indígenas que somam cerca de 35 mil pessoas, o que corresponde atualmente a 16% da população total. Nos últimos anos, a política de incentivo à migração desenfreada, desenvolvida pelos governos federal e estadual, tem agravado seriamente os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas. A intensidade das migrações pode ser sentida através do número da população que quintuplicou em 20 anos, passando de 40.885, em 1970, para 215.950, em 1991 (IBGE, 1993).

A Invasão da Área Yanomami de Surucucus por garimpeiros comandados pelo empresário José Altino Machado em 1985 ressuscitou, em proporções alarmantes, um processo de atração de garimpeiros,

iniciado nos anos 30, resultando desta vez em ações genocidas contra o povo Yanomami e no aumento da violência e incidência de doenças entre os demais grupos étnicos.

A transformação, em 1988, do então território de Roraima em estado, pela Constituição Federal, que determinou um prazo de dez anos para que este alcançasse sua autonomia econômica, lançou, definitivamente, as bases de discussão sobre o desenvolvimento do estado e a participação que as comunidades indígenas terão na definição de seu futuro, o que, no entanto, só será possível com a reversão do quadro atual de violência contra estas comunidades.

AS COMUNIDADES INDÍGENAS DE RORAIMA

A população indígena do estado soma aproximadamente 35 mil pessoas: sete mil Yanomami, 11 mil Makuxi, cinco mil Wapixana, mil Ingarikó, mil Taurepang, cem Wai Wai e outros dez mil índios residindo na cidade.

As terras indígenas somam cerca de 9.500.000 hectares e estão divididas em 31 áreas distintas: 21 demarcadas (7.000.000 ha) e dez por demarcar (2.500.000). Das 21 áreas demarcadas, apenas cinco, que totalizam 33 mil hectares, não estão invadidas, as demais têm fazendeiros, garimpeiros e até mesmo colônias agrícolas.

Apesar da maioria das terras estar demarcada, o critério de quantidade é enganoso, pois apenas o povo Yanomami tem seu território fisicamente demarcado, sendo que os Makuxi, Ingarikó e Wai Wai aguardam a demarcação; os Wapixana tiveram seu território abusivamente recortado no início dos anos 80 e os Waimiri Atroari perderam parte significativa de suas terras para a empresa de mineração Paranapanema e para a estúpida construção da hidrelétrica de Balbina.

VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA

Os casos de violência praticados contra as comunidades indígenas ou seus membros, lamentavelmente, são comuns em todo o Brasil. No entanto, no estado de Roraima isto se agrava pelo forte apoio institucional para que estas práticas criminosas fiquem impunes e se perpetuem.

(*) Makuxi, é coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

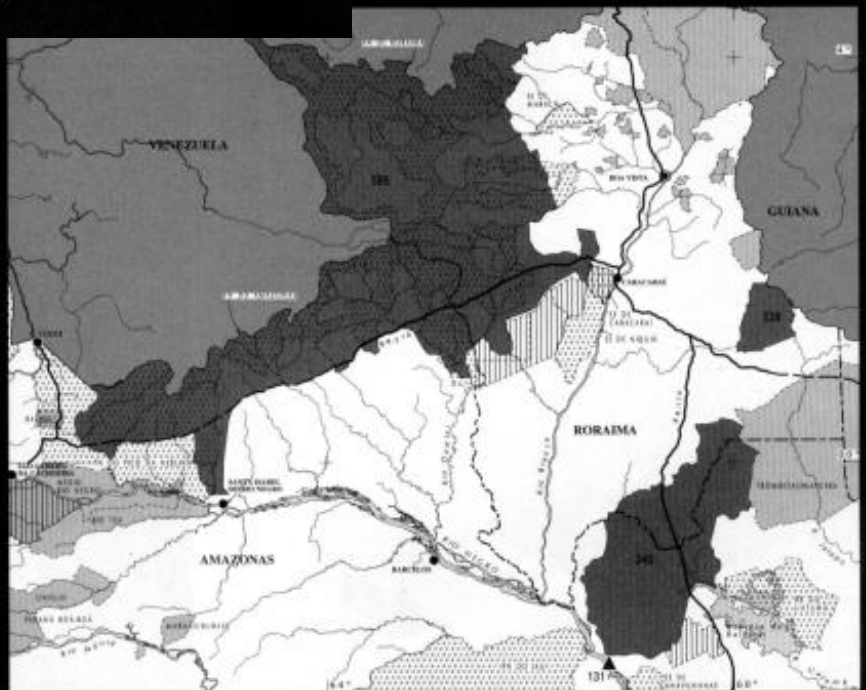
RORAIMA MATA

Instituto Socioambiental www.socioambiental.org Resultados | Acervo | ISA (socioambiental.org)



1991 - 1995

Tanomani



- terro descoberto
 - terro implantado
 - terro planejado
 - capital de Estado
 - cidade
 - Unidade de conservação federal
 - Área militar
- TERRAS INDÍGENAS**
- reconhecido oficialmente
 - reconhecido oficialmente (área não representada neste mapa)
 - apresentada em carta antiga

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

O MASSACRE DOS YANOMAMI DE HAXIMU

Bruce Albert (*)

Instituto Socioambiental - [Resultados](#) | [Acervo](#) | [ISA \(socioambiental.org\)](#)

1991 - 1995

PARA QUEM ACHOU QUE 16 MORTOS REDUZIAM A GRAVIDADE DO CASO; PARA QUEM TEMEU QUE "APENAS" 16 MORTOS ESVAZIAVAM A ATENÇÃO SOBRE ELE, DEIXO ESTE RELATO À GUIA DE REFLEXÃO.

A ARMADILHA GARIMPEIRA

Na origem do massacre de Haximu está uma situação crônica de conflito interétnico criada na Área Yanomami pela presença predatória das atividades garimpeiras. Desde o início da grande corrida do ouro em Roraima, em agosto de 1987, vários assassinatos de índios ocorreram e outros poderão ocorrer novamente devido às mesmas causas. Portanto, antes de mais nada, é preciso tomar claro o contexto social e econômico capaz de gerar tais violências.

Ao instalar-se num novo sítio dentro da Área Yanomami, os garimpeiros vêm primeiro em pequenos grupos. Sendo poucos, sentem-se vulneráveis perante a população indígena. Temendo uma reação negativa dos índios, tentam comprar a sua anuência com farta distribuição de bens e comida. Por sua vez, os índios têm pouca ou nenhuma experiência com brancos e tomam essa atitude como uma demonstração de generosidade que se espera de qualquer grupo que quer estabelecer laços de alianças intercomunitárias. Enquanto se desenvolve esse mal-entendido cultural, os índios ainda não sentem o impacto sanitário e ecológico das atividades de garimpo. Aos seus olhos, o trabalho dos garimpeiros parece ainda algo enigmático e irrelevante. Com ironia e condescendência, chamam-os de "comedores de terra" ao compará-los a um bando de queixadas fugando na lama.

Num segundo momento, o número de garimpeiros aumenta substancialmente e já não é preciso manter aquela generosidade inicial.

Os índios passam de ameaça a estorvo com suas insistentes demandas pelos bens que se acostumaram a receber. Os garimpeiros irritam-se e tentam afastá-los dos garimpos com falsas promessas de presentes futuros e com atitudes impacientes ou agressivas.

A essa altura, os índios já começam a sentir uma rápida deterioração em sua saúde e meios de subsistência. Os rios ficam poluídos, a caça foge e muita gente morre em constantes epidemias de malária, gripe etc., desestruturando a vida econômica e social das comunidades. Desse modo, os índios passam a ver os bens e a comida que vem dos garimpeiros como uma compensação vital e inquestionável pela destruição causada. Negada tal compensação, cria-se no seu entender uma situação de hostilidade explícita.

Surge assim um impasse: os índios se tornam dependentes dos garimpeiros no exato momento em que estes se dispõem de comprar a boa vontade indígena. Essa contradição está na raiz de todos os conflitos envolvendo índios e garimpeiros na Área Yanomami. Com ela abre-se a possibilidade para que o menor incidente degenerem em conflito aberto. Como a disparidade de forças entre garimpeiros e índios é enorme, a balança da violência pende sempre contra os Yanomami. Esse tipo de situação mostra claramente até que ponto a lógica da economia garimpeira repele a participação dos índios e até a sua simples presença. Garimpeiros que utilizam técnicas mecanizadas não têm qualquer interesse nos índios, nem sequer como mão-de-obra. Na melhor das hipóteses, são inconvenientes; na pior, são uma ameaça à sua segurança. Se com brindes e promessas não conseguem afastá-los, então a solução é intimidá-los ou exterminá-los.

ASSASSINATOS NO RIO ORINOCO

Em meados de 1993, as relações entre os garimpeiros brasileiros do "rio Taboca" (sítio Orinoco, na Venezuela) e os Yanomami de Haximu já haviam chegado a esse impasse. Eram cada vez mais frequentes as visitas dos índios aos garimpos em busca de comida e objetos. Numa ocasião, dois donos de balsa prometeram rede, roupa e munição a um jovem líder da comunidade. Mais uma vez a promessa não foi cumprida e este foi tomar satisfações no barracão de um desses

(*) Arranqueado de ORSTOM Paris

O LUGAR DOS YANOMAMI DOENTES NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE:

Marcos A. Pellegrini (*)

Instituto Socioambiental - [Resultados](#) | [Acervo](#) | [ISA \(socioambiental.org\)](#)

1991 - 1995

ENQUANTO OS ÓRGÃOS FEDERAIS DISPUTAM A COORDENAÇÃO DA SAÚDE E SEU ORÇAMENTO, A SAÚDE DOS YANOMAMI VAI MAL. A MALÁRIA, DISSEMINADA PELO GARIMPO, CONTINUA SENDO A PRINCIPAL CAUSA DE MORTE, ALIADA À DESNUTRIÇÃO E DOENÇAS INFECCIOSAS.

Os Yanomami continuam morrendo em grande número. Em 1993 foram 199 óbitos entre uma população de 7.700 pessoas (este é um dado parcial, refere-se aos Yanomami do estado de Roraima, e nas regiões do Demini, Toototobi, Marari e Aracá no Amazonas). No mesmo período, eles tiveram um número de casos de malária proporcionalmente sete vezes maior que a população de Roraima, um coeficiente de mortalidade geral duas vezes maior que o da cidade do Rio de Janeiro e mortalidade infantil duas vezes e meia maior que o da cidade de Fortaleza: são dos piores indicadores de saúde do Brasil que os Yanomami conseguem superar, para baixo. Esta é uma comparação grosseira que pode ser feita a partir dos dados apresentados pelo Distrito Sanitário Yanomami (DSY) no Relatório da Situação Sanitária e dos Serviços de Atenção à Saúde das Comunidades Yanomami e Te'kuana (Maitongong).

A situação dos Yanomami, no entanto, já esteve bem pior. Estima-se um número de 1.500 mortes ocorridas no período de 1987 a 1992. Desde essa época, a malária tem sido a grande vilã. A doença foi introduzida pelo garimpo em regiões isoladas, e no garimpo encontrou ótimas condições para uma altíssima transmissão. Os

Yanomami, em algumas regiões, se tornaram incapacitados para suas atividades de subsistência e a desnutrição era associada à letalidade das doenças infecciosas. De lá para cá, a retirada dos garimpeiros e a implantação do Distrito Sanitário Yanomami foram responsáveis pela redução da mortalidade e da morbidade entre os índios.

Em 1993, a malária continuou sendo a principal causa das mortes com 35 casos registrados, metade do número de óbitos pela doença no ano anterior. A triste novidade é a violência que aparece como a segunda maior causa de mortalidade, lugar até então ocupado pelas doenças respiratórias. Além das dezesseis vítimas do massacre de Haxima, cinco mortes violentas ocorreram em conflitos internos que muitas vezes são causados pela presença de não índios.

Em algumas regiões o calazar (leishmaniose visceral) e a tuberculose incidem em níveis intoleráveis. Entre os moradores da região do alto Mucajá, foram diagnosticados, no mês de dezembro de 1993, 22 casos de calazar em 225 pessoas. A doença é causada por um protozoário, transmitido ao homem por mosquitos do gênero *Lutzomyia*. O cão doméstico é também infectado e participa do ciclo de transmissão como principal reservatório. A doença é de evolução lenta e suas manifestações clínicas (anemia, emagrecimento, dilatação do abdômen, febre intermitente etc.) são extremamente incapacitantes: um monstro comendo por dentro, explicam alguns índios.

O calazar não é flagelo apenas dos Yanomami. Os primeiros casos da doença foram registrados em 1989 no estado de Roraima e, no ano de 1993, somavam-se 184 casos. Os principais focos de transmissão se encontram entre os Macuxi, onde 30% dos cães estão infectados. A doença não tem ainda um programa de controle bem definido na região.

Em algumas regiões, as infecções respiratórias são a terceira maior causa de mortalidade conhecida. Outras doenças, como a hepatite, a oncocercose e a febre amarela são endêmicas e as medidas de controle não estão ainda implantadas efetivamente.

(*) médico sanitário, trabalhou vários anos entre os Yanomami.

1991 - 1995

CRONOLOGIA DE UM GENOCÍDIO DOCUMENTADO - II

Instituto Socioambiental - [Resultados](#) | [Acervo](#) | [ISA \(socioambiental.org\)](#)

da equipe de redação

1991 - 1995

COM A TERRA DIVIDIDA EM 19 "ILHAS" INVADIDAS POR GARIMPEIROS, OS YANOMAMI ESTAVAM NO INÍCIO DE 1991 COM A SAÚDE EM ESTADO GRAVE, MORRENDO DE MALÁRIA, DESNUTRIÇÃO E DOENÇAS ASSOCIADAS. CHEGAM EM FINS DE 1995 COM A TERRA UNIFICADA, SOFRENDOS PRESSÕES DOS POLÍTICOS

LOCAIS E DOS MILITARES QUE, USANDO O ARGUMENTO DA DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL, SOMAM-SE AOS INTERESSES DAS MINERADORAS E FACILITAM A PRESENÇA GARIMPEIRA, QUE TRAZ O ALTO ÍNDICE DE MORTE ENTRE OS YANOMAMI.

Yanomami choram suas mortes no México



1991 - 1995

Acervo
ISA

JANEIRO/91

PROCURADORIA CONTRA GARIMPO

O procurador da República, Wagner Gonçalves, entrou com um mandado de segurança junto ao TRF, 1ª Região, contra as decisões irregulares do juiz da 1ª Circunscrição Judiciária de Roraima em Área Yanomami. O procurador considera injustificável a "busca e restituição de bens" concedida pelo juiz à Mineração Planície Amazônica Ltda., do "rei do garimpo" José Altino Machado, o que possibilitou a empresa retirar o minério de cassiterita, rádio transmissor e todos os seus pertences que se encontravam em Área Indígena, apreendidos pela PF.

O procurador lembra que, através de duas ações civis públicas, ficou determinado que a União Federal e a Funai promovessem a retirada dos garimpeiros, aventureiros e não índios das terras yanomami. As cooperativas de garimpeiros, pessoas físicas e jurídicas renovam-se, sistematicamente, junto ao Juízo da Comarca de Roraima, obtendo decisões judiciais que sustam o cumprimento da lei, em detrimento das decisões proferidas por juízes federais, disse o procurador. *(Correio Braziliense, 29/01/91)*

FEVEREIRO/91

PF E FUNAI PRENDEM TRÊS GARIMPEIROS

Três garimpeiros foram presos pela PF e funcionários da Funai na Área Yanomami. O administrador regional da Funai em Boa Vista, Glênio da Costa Alvarez, disse que foram mobilizados 30 funcionários do órgão, 11 agentes da PF e três helicópteros para retirar os cem garimpeiros que reconstruíram três pistas clandestinas: Nova do Raimundo, Nova do Bibiano e do Jeremias, que tinham sido dinamitadas em novembro passado. *(FSP, 01/02/91)*

ENCONTRO PARA PLANO DE SAÚDE DOS YANOMAMI

O Ministério da Saúde convocou reunião para discutir o detalhamento do Plano de Saúde Permanente aos Yanomami, em Manaus, entre os dias 30/01 e 02/02, com o objetivo de consultar as missões da Consolata, dos Salesianos e da Meva, além da CCPY e médicos que já atenderam os Yanomami, para chegar ao detalhamento necessário da infra-estrutura do Plano para a elaboração do orçamento. A Fundação Nacional de Saúde - FNS, encarregada do Plano, não tem verba para a sua execução, e espera conseguir apoio das organizações estrangeiras governamentais e não-governamentais. *(FSA/CEIX, 03/02/91)*

CRIADA COMISSÃO INTERMINISTERIAL

No dia 05/02/91 foi assinada uma Portaria conjunta de nº 16, pelos ministros da Justiça, Juracy Passarinho, das Relações Exteriores, Francisco Bezak, da Saúde, Alcenir Guerra, da Educação, Carlos Chiarelli e das Secretarias de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos e do Meio Ambiente, Eduardo de Souza Martins (interino), criando um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um projeto de recuperação ambiental da área dos Yanomami. *(DOU, 06/02/91)*

AUMENTA SURTO DE MALÁRIA ENTRE OS YANOMAMI

A coordenadora da CCPY, Claudia Andujar, informou, de Boa Vista, ao CEIX, no dia 07/02/91, que aumentou o surto de malária entre os Yanomami e que "a situação de saúde desse povo é tão grave quanto fevereiro de 90". As informações que recebeu do PI Surucucus dão conta que entre os dias 12 e 29 de janeiro passado, 235 Yanomami doentes chegaram a pé no Posto; destes, 120 estavam com malária. Esses índios habitam três malocas, de onde é possível chegar a pé ao Posto. "O que pensar da situação dos índios das malocas mais distantes na área de Surucucus? Ou dos que não têm forças para andar até o P1?", pergunta Claudia.

As informações sobre o estado de saúde dos Yanomami são parciais e não cobrem toda a área. Nem sempre há verba, médicos, helicópteros e aviões para o

atendimento aos índios. Claudia Andujar disse que na maloca de Bomoxi, também em Surucucus, no mês de janeiro foram realizadas 90 lâminas para verificação de malária, e o resultado foi 70% positivo.

O coordenador de Saúde da Funai, em Roraima, Luiz Renato Navega, informou que, no dia 01/02, morreu no Pronto Socorro de Boa Vista o índio Raimundo Yanomami, com 12 anos; ele estava com malária falciparum. Ele foi internado junto com os índios Gaspar Yanomami, 25, e Cristiani Baib, 35, grávida de seis meses, que estão em estado grave.

Na Casa do Índio em Boa Vista estão internados 76 índios atingidos pela doença. *(PIB/CEIX, 07/02/91)*

MANIFESTO PELOS YANOMAMI EM LONDRES

Três índios norte-americanos da tribo Navajo entregaram ontem (07/02) ao embaixador do Brasil na Grã-Bretanha, Paulo Tarso Flecha de Lima, uma petição da Survival International, com 105 mil assinaturas, para a demarcação imediata da Área Yanomami.

A solenidade, realizada na porta da embaixada do Brasil em Londres, marcou o primeiro aniversário das vigílias semanais feitas pela entidade em frente à embaixada. Os Navajo estão em Londres para protestar contra os projetos de mineração da empresa britânica Hanson em suas terras. *(FSP, 08/02/91)*

GARIMPEIROS CAPTURADOS POR YANOMAMI NA VENEZUELA

Um grupo de Yanomami capturou cinco garimpeiros brasileiros que exploravam ouro ilegalmente no alto Orinoco. Durante a operação, os Yanomami também apreenderam as armas que estavam em poder dos garimpeiros. Estas foram entregues ao destacamento de fronteira da Guarda Nacional, da Polícia Militar, que prendeu os garimpeiros para dar início a um processo judicial por atividades ilegais na Venezuela, contaminação dos rios e contrabando de ouro. *(Correio Braziliense, 16/02/91)*

SURTO DE MALÁRIA NAS ALDEIAS YANOMAMI NO AMAZONAS

Um surto epidêmico de malária entre os Yanomami já começa a se evidenciar na região do alto Demini - rios Tootobí e Balaú - no Amazonas. Em dezembro passado, nos exames para verificação de malária realizados em 450 índios daquela área, 35% tiveram um diagnóstico positivo.

Essa informação consta de um relatório do assessor antropológico e intérprete da equipe do "Projeto de Saúde Demini", Bruce Albert, da Universidade de Brasília, que permaneceu durante um mês (09/11 a 07/12/90) na área do Tootobí, juntamente com o pessoal do Projeto, idealizado por Davi Yanomami e administrado pela CCPY.

Baseado nas informações dadas pelos índios que vivem nessa região, o relatório aponta as quatro áreas invadidas pelos garimpeiros na bacia do alto Demini, que ficam no alto Maguaú, alto Tootobí e alto Demini (Balaú) na serra Urucuzero, e no alto Taraú na serra Gurupira. Essa região, antes livre de invasões, hoje sofre a poluição das cabeceiras de seus rios, e a malária já se instala epidemicamente através do aumento do garimpo na área.

O relatório conclui que a situação encontrada pela equipe de saúde mostra a existência de um processo relativamente recente de expansão do garimpo roraimense no Amazonas a partir de bases do alto Catrimari em Roraima.

"É provável que estes movimentos na região das serras Urucuzero e Gurupira configurem uma reação e adaptação do garimpo às pressões sofridas em Roraima durante 1990, na forma de uma abertura de novos espaços no Amazonas, fora do âmbito da vigilância da Funai, PF e Ministério Público e da Guarda Nacional venezuelana. Se esta hipótese for verificada, este processo poderá ampliar-se rapidamente, a ponto de escapar novamente ao controle dos poderes públicos, sem infra-estrutura na área. Isso levaria à reprodução, na região do alto Demini, povoada por aproximadamente 1.400 Yanomami (24 aldeias) ainda muito isolados, da tragédia ocorrida na área do alto Parima e Mucajai em Roraima em 1988-1990", diz o autor em seu relatório. *(CEIX, 20/02/91)*

1991 - 1995 DO ALTO DA CEDRORANA

Marcos A. Pellegrini (*)

MÉDICO SOLIDÁRIO E PROFUNDAMENTE IMPRESSIONADO COM O SOFRIMENTO DOS YANOMAMI, ATINGIDOS PELAS DOENÇAS E MORTES TRAZIDAS PELOS GARIMPEIROS, RELATA, NESTA CRÔNICA, SUA VIVÊNCIA.

È às vezes a gente aprende das coisas muito no sem-querer, na precisão. Sentadas na beira do fogo esperando a morte, porém, para afugentá-la, pessoas que constroem e sustentam o mundo cantando. Peitos de muitos espíritos, boca de muitas histórias. Gente sem medo dessa coisa ruim que insiste em levar o pequeno. Ah! essa gente ruim que mora no Poente.

Chora, Menino, a mãe-da-lua canta. Chamando um parente perdido que ela não acredita que vai morrer agora. Chora, Menino, responde. Você sem forças de mamar ou chorar quando lhe furam com um outro mesmo remédio de novo. Você não chora porque está mesmo é querendo morrer. Escuta seu pai cantando triste para abafar os soluços. É que por aqui tem aparecido coisas sem nome. Ruindades novas: doenças. As coisas ruins existem por si só, mas, na sua serventia, muitas vezes são mandadas. Ah! esse povo estranho que anda por aqui estragando o mundo. O Rio está sujo, mas, mesmo assim, cresce. O mundo a gente não só assiste. O mundo vai ser mais que as tetas de sua mãe. Se você chora a gente pensa que você está respondendo, querendo viver.

Enquanto seu pai canta um *wabé*, pensa num nome para engano do destino. Se você crescer, como há de lhe chamar? É assim que ele pensa. Como lhe chamariam quando você estivesse aprendendo do uso das flechas pequenas, ou pendurando-se no madalrame da casa. Um nome para ser o orgulho de sua mãe que ia ficar sendo chamada de "Mãe do Fulano" - em sendo Fulano o seu nome - enquanto você

for criança. Mas nome mesmo é perigoso ainda mais quando Deus está chamando as pessoas.

Sua mãe alimenta o fogo. Esquenta e clareia seus gemidos. Dorme?? Durma. Não tanto que a gente se assuste. Mesmo que seja só os de aqui de pertinho que fiquem contentes. Mesmo se tornando você só mais um. Uma entre tantas estrelas. Nessa noite a estrela grande já se escondeu. A vermelha vem se colocar no meio do Céu, marcando o tempo. O *wabé* não sabe, ainda, escrever e cantar ao mesmo tempo. Seu pai canta e ele escreve, também querendo ajudar seu espírito ficar no lugar enquanto você está tão outro. Espera o sol nascer que as coisas melhoram. O seu nome ninguém escreve, não se preocupe.

SEU PAI GANHOU UM NOME. FOI ESSA GENTE QUE VEIO ESBURACANDO O MUNDO QUE O NOMEOU

Nome de comida de uma boca diferente: Macarrão. Ele não vai dormir enquanto não passa essa sua vontade de morrer. É frio, mas existe o fogo. Sua mãe o atiga quando pára um pouco de chorar. Você não tendo força p'rá mamar ela espreme o leite na cula pequena e põe na sua boca.

Sua mãe acabou se dando nome sem querer. Foi quando ela foi no lugar dos *wabé* com você doente já, uma vez. Perguntavam o nome para marcar no papel. Sua mãe dizia que você era o filho do Macarrão e pensavam que ela queria comida. Ela, sozinha com você nos braços quase perdida naquele mundo diferente que chamam hospital, lembrou de uma pessoa de lá que entendia sua fala. Quis chamar "Silvana" mas, a boca ignorante com os sons que se engancharam, acabou fazendo "Xuvana". No papel escreveram "Giovana", querendo dizer o nome dela. Nome da mesma boca que dizia Macarrão, talvez.

Um dia você vai saber que cinco irmãos seus nasceram e morreram antes de você. Sua mãe sempre chorando por um e todos. Quando lhe trazia dentro estava doente, sangue aguçado de malária, haço grande que o comia. Tinha medo de lhe dar um mundo estragado. Vinha neste lugar que tem taboca, onde já foi roça dela que depois foi casa de garimpeiro e começava a ser casa destes que dão remédios. Engolia comprimidos mas se sentia sempre como se fosse outra, triste, fraca p'rá te fazer

(*) Médico sanitário e autor do romance *Widabani*, vencedor do prêmio Casa das Américas em 1981.



Pressione para sair da tela inteira



21^b

POVOS INDÍGENAS

NO

BRASIL

500

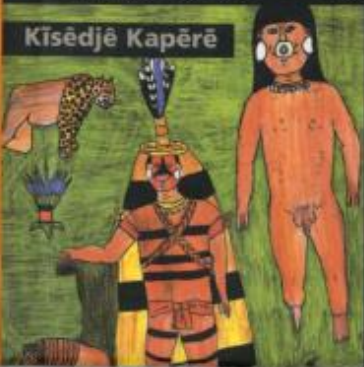
1996/2000

Porto Inseguro

NO BRASIL
1996/2000



*O que os brasileiros
pensam dos índios?*



Kĩsédjê Kapêrê



21^b

POVOS INDÍGENAS

NO BRASIL
1996/2000



INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL



INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

2.2. RORAIMA MATA



Yanomami

Instituto Socioambiental - [Resultados](#) | [Acervo](#) | [ISA \(socioambiental.org\)](#)

1996 - 2000

Amazônia, Yanomami e os Equívocos

Jarbas Passarinho

Ex-ministro de Justiça

**EX-MINISTRO DA JUSTIÇA REAFIRMA
A DEMARCAÇÃO DA TERRA YANOMAMI**

A Revista do Clube Militar frequentemente publica artigos contrários a demarcações de terras indígenas, sobretudo a Yanomami. Os equívocos dos críticos são flagrantes. A demarcação em linha contínua, como acabou sendo feita em novembro de 1991, fora proposta ainda no Governo do general João Figueiredo, sendo seu ministro o saudoso coronel Mário Andreazza, a quem estava subordinada a Funai. A área interdita, de 9 milhões de ha, foi re-

*Maloca yanomami,
próxima ao rio Demini.*



Instituto Socioambiental - [Resultados](#) | [Acervo](#) | [ISA \(socioambiental.org\)](http://ISA(socioambiental.org))

1996 - 2000

Foi Genocídio!

Instituto Socioambiental - [Resultados](#) | [Acervo](#) | [ISA \(socioambiental.org\)](#)

1996 - 2000

Luciano Mariz Maia

Procurador Regional da República na 1ª Região

O STJ, EM DECISÃO HISTÓRICA, FAZ O ACERTO DE CONTAS COM A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E O ESTADO DE DIREITO NO CASO DO "MASSACRE YANOMAMI DE HAXIMU"

Agosto de 1993. Como uma bomba, explode a notícia de que uma comunidade de índios yanomami, habitante de Haximu, teria sido destruída. O número inicial das pessoas tidas como mortas correspondia ao número de habitantes daquela comunidade, cerca de 69. O fato motivou a ida do ministro da Justiça, do procurador geral da República e de toda a imprensa nacional e internacional ao palco dos acontecimentos, floresta amazônica, divisa com a Venezuela.

A Polícia Federal foi logo instruída para atuar, sendo os trabalhos desenvolvidos pelos delegados Sidney Veras, em seguida substituído por Raimundo Cutrim. De outra parte, o procurador geral, atendendo sugestões do procurador Aurélio Rios, designou três procuradores para atuar no caso: Franklin Rodrigues, que já atuava em Roraima; Carlos Frederico Santos, lotado em Manaus e conhecedor das questões em Roraima e Luciano Mariz Maia, da Paraíba, que já tinha atuado em Roraima e realizava pesquisas com a temática indígena.

Foram denunciados e condenados Pedro Emiliano Garcia, também conhecido pela alcunha de Pedro Prancheta, garimpeiro; Eliézio Monteiro Neril, também conhecido pelo nome de Eliézer; Juvenal Silva, também conhecido pela alcunha de Cururupu, garimpeiro; Francisco Alves Rodrigues - o Chico Ceará; João Pereira de Moraes - o João Neto. Foram absolvidos Waldinécia Silva Almeida, também conhecida pelo nome de Ouriçada; e Wilson Alves dos Santos, conhecido pelo codinome de Neguinho. Outros garimpeiros participantes da *cbacina de Haximu*, conhecidos apenas por seus apelidos ou codinomes, ou alguns nomes completos, mas ausente a identificação foram Goiano Doido, Goiano Cabeludo, Caporal, Carequinha, Paraná Alopchado, Ceará Perdido, Goiano

Boiadeiro, Silva, Japão, Maranhão Uriçado, Adriano, Barbacena, Sozinho, Luiz Rocha, Parazinho, Pedão, Boroca. Não foram denunciados por falta de informação sobre suas identidades civis.

O JULGAMENTO DE 1996

Em 19 de dezembro de 1996, o juiz federal em Roraima, Itagiba Catta Preta, reconheceu que o genocídio era delito distinto do homicídio, por ser crime contra a etnia, cuja competência é do juiz singular, e não o tribunal do júri popular. Assim, proferiu julgamento, considerando procedente em parte a denúncia, sendo condenados Juvenal Silva (Cururupu), Francisco Alves Rodrigues (Chico Ceará), João Pereira de Moraes (João Neto), Eliézio Monteiro Néri (Eliézer), e Pedro Emiliano Garcia (Pedro Prancheta) pelo crime de genocídio, com penas de 19 anos e 6 meses aos primeiros, e 20 anos e 6 meses a este último. Os réus foram absolvidos de outros crimes. Houve recurso tanto dos réus quanto do Ministério Público. Deste, para obter condenação por outros delitos. Daqueles, para obter a absolvição, ou a nulidade do julgamento, por entenderem que, tendo havido mortes, a competência seria do Tribunal do Júri.

NO TRF

Perante o Tribunal Regional Federal, houve uma reviravolta. O TRF, examinando a Apelação Criminal 1997.01.00.017140-0 RR, decidiu, por maioria, anular a sentença proferida pelo juiz Itagiba Catta Preta, por entender que, tendo havido morte, a competência para julgar seria do Tribunal do Júri, e não do juiz singular. Esclarecendo seu pronunciamento, o Tribunal confirmou que houve genocídio. Mas tal delito fora praticado mediante a morte intencional de membros do grupo yanomami de Haximu, se equiparando, para fins de atribuição da competência para julgar, ao delito de homicídio. O julgamento ocorreu em 30 de junho de 1998, e o juiz Tourinho Neto, que havia preparado um voto estudado e profundo, de mais de cem laudas, foi vencido, sendo que a tese vitoriosa foi apresen-

tada com inacreditável poder de síntese, em apenas uma lauda! O argumento vencedor resumiu-se, na prática, em sustentar que houve genocídio, mas o genocídio foi cometido com a morte de membros do grupo. E, se houve morte, foi crime intencional contra a vida. Se foi crime doloso contra a vida, a competência seria do júri.

O RECURSO DO MPF

O Ministério Público Federal não se conformou com esse pronunciamento. Foi muitíssimo importante obter do TRF o reconhecimento de que houvesse a prática de genocídio. Mas havia a necessidade de se modificar o entendimento de que genocídio equivalia a crime doloso contra a vida. Era necessário fazer reconhecer que o genocídio tinha como objeto (ou valor) protegido a etnia, que é o conjunto das vidas humanas, que formam uma realidade distinta e além das existências individuais dos membros do grupo.

Em 12 de setembro de 2000 veio o novo pronunciamento, agora do STJ. O caso foi registrado como RESP 222653-RR, sendo relator o ministro Jorge Scartezzini. A 5ª Turma desse Tribunal, em julgamento unânime, decidiu que no genocídio o bem jurídico protegido é a etnia. Genocídio é crime contra a etnia. Portanto, a competência para julgar o delito é do juiz singular, e não do Tribunal do Júri. Reformou a decisão do TRF da 1ª Região e restaurou a sentença condenatória do juiz de Roraima. Os garimpeiros continuaram condenados e presos. Mas o TRF da 1ª Região deve examinar o

merecimento das apelações. Ou seja, deve examinar se, em tendo havido genocídio, como já admitido e proclamado, os garimpeiros apontados como culpados efetivamente praticaram os atos que lhes foram atribuídos.

DECISÃO PARADIGMÁTICA

Ainda assim, a decisão da 5ª Turma do STJ é paradigmática, e um importantíssimo precedente. Acolhendo o entendimento de que o genocídio é crime contra uma etnia, o tribunal não apenas faz respeitar o grupo enquanto tal, como também, na prática, planta a semente da esperança de que crimes cometidos contra índios não fiquem impunes, já que o tribunal do júri é formado por homens e mulheres da sociedade envolvente, majoritária, a qual ordinariamente absorve o preconceito e a discriminação contrários à Justiça, e absolve garimpeiros, fazendeiros, madeireiros e outros integrantes de grupos econômicos e sociais, que avançam contra os bens e as pessoas de índios e suas comunidades.

Foi genocídio. O acerto de contas com a sociedade democrática e o Estado de Direito chegou. Os mortos morreram. Os vivos, muito vivos, não ficarão impunes. Esta é a lição de luta e esperança, que a decisão do Superior Tribunal de Justiça nos devolve. Para o futuro, os dados e informações aqui apresentados poderão ajudar no processamento e condenação de responsáveis por outras agressões e outros ataques a povos indígenas. (setembro, 2000)



MARCEL CLARTON/AG. 1992

YANOMAMI/TERRA

REVISÃO É INCONSTITUCIONAL, DIZ JOBIM

"A revisão da Terra Yanomami está fora de cogitação", disse o ministro da Justiça, Nelson Jobim, na Câmara dos Deputados. O decreto legislativo, proposto pelo deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ), para tornar sem efeito o decreto que homologou a reserva é inconstitucional, argumentou o ministro, não há nenhuma possibilidade de ser levado adiante. Bolsonaro alega que a terra indígena está localizada na faixa de fronteira e Jobim diz que não há nenhuma incompatibilidade nisso, pois ambas as terras são da União.

Jobim participou da audiência pública das comissões do Meio Ambiente e Minorias, Defesa Nacional e Direitos Humanos. Na reunião, foi lida uma carta do líder yanomami Davi Kopenawa, denunciando a invasão das terras de sua tribo por três mil garimpeiros. *(JB e Diário Catarinense, 20/06/96)*

TERRA YANOMAMI E SOBERANIA NACIONAL: POLÊMICA

O ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho, responsável pela oficialização da demarcação da TI Yanomami, e o diplomata aposentado Joaquim de Almeida Serra envolveram-se, entre junho e julho de 1996, em polêmica divulgada na imprensa brasileira. O tema da polêmica: a Terra Yanomami é ou não uma ameaça à soberania nacional?

Almeida Serra defendeu a inconstitucionalidade da demarcação da TI Yanomami, considerando-a crime de "lesa-pátria". A posição de Passarinho foi de denúncia da levandade e do alarmismo das considerações de seu interlocutor, já que fundadas numa inexistente declaração da ONU de que as terras indígenas, a partir de 1996, seriam consideradas independentes do Estado brasileiro. O ex-ministro aproveitou para reconstituir e defender o processo de demarcação da TI em questão, utilizando argumentos que voltariam a aparecer no seu artigo de 2000 *(Amazônia, Yanomami e os equívocos, reproduzido no presente capítulo)*. *(ISA, a partir de O Globo, 27/06 e 02/07 e Tribuna da Imprensa, 10/07/96)*

AÇÃO JUDICIAL CONTRA TI...

De autoria da Confederação dos Integrantes e Beneficiários das Forças Armadas e Auxiliares (Confamil), a Ação Direta de Inconstitucionalidade sustenta que a criação da reserva deveria ter passado por votação no Congresso Nacional. A Confamil argumenta que o artigo 49 da Constituição Federal estabelece que é da "competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 ha". Na verdade, a Confamil está confundindo concessão de terras com terras indígenas, que são direitos originários dos índios garantidos no artigo 231 na Constituição.

Na ação entregue ao STF, a Confamil demonstra que está temerosa com a possibilidade de a reserva se tornar um país independente do Brasil após a promulgação da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, da ONU. A entidade diz ser legítima para apresentar a ação porque entre seus objetivos sociais está o de desempenhar o papel de "sentinela da pátria". *(GM, 06/10/97)*

... É ARQUIVADA

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF) mandou arquivar, ontem, a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida contra o decreto presidencial e a portaria do Ministério da Justiça que destinavam terras das Forças Armadas para a Reserva Indígena Yanomami. O ministro considerou que a autora da ação, a Confederação dos Integrantes e Beneficiários das Forças Armadas e Auxiliares (Confamil), não tem legitimidade para propor a Ação, por não ser uma confederação sindical nem por ter sido criada de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). *(GM, 14/10/97)*

... É ARQUIVADA

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF) mandou arquivar, ontem, a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida contra o decreto presidencial e a portaria do Ministério da Justiça que destinavam terras das Forças Armadas para a Reserva Indígena Yanomami. O ministro considerou que a autora da ação, a Confederação dos Integrantes e Beneficiários das Forças Armadas e Auxiliares (Confamil), não tem legitimidade para propor a Ação, por não ser uma confederação sindical nem por ter sido criada de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). *(GM, 14/10/97)*

PROJETO "RESERVA DA BIOSFERA"

"O Amazonas é o último grande território do mundo intacto e temos que preservá-lo", afirmou o belga André Kerremans, administrador do projeto Reserva da Biosfera Alto Orinoco-Casiquiare, que acolhe a zona protetora da maior floresta tropical úmida do mundo. O lar da etnia Yanomami na Venezuela – com 83.830 km², em plena selva amazônica – foi declarado reserva da biosfera. Garantir a proteção dos índios e a conservação ambiental é uma tarefa que está nas mãos da UE e do governo venezuelano, apoiados por um programa de oito milhões de Ecus. "Queremos preservar este imenso território e ajudar os indígenas a melhorar seu nível de vida, preservar sua cultura e identidade, mas também se integrar à vida moderna no ritmo que decidirem", disse Kerremans. A Reserva acolhe além dos Yanomami, os Ye'kuana (cerca de 1.500 indivíduos). *(Diário do Nordeste, 20/01/98)*

YANOMAMI/GARIMPO

FUNAI LEVANTA PRESENÇA DE GARIMPEIROS

A Assessoria de Comunicação da Funai informou que o órgão está fazendo um levantamento da presença garimpeira na TI Yanomami, para determinar uma operação de retirada com a ajuda da PF no mês de fevereiro. Nos últimos três meses a Funai não realizou qualquer operação de retirada dos garimpeiros em Roraima. *(A Crítica, 21/01/96)*

INVASÃO GARIMPEIRA CONTINUA, DENUNCIA DAVI

"Caros amigos,

Escrevo esta carta para dizer que nós Yanomami mandamos a nossa mensagem para vocês.

Nós Yanomami estamos muito preocupados porque a nossa área Yanomami está sendo invadida de novo pelos garimpeiros. É por isso que nós Yanomami estamos informando que os garimpeiros estão no meio do rio Catrimani e no alto Catrimani. Eles estão também ao redor de Xiteia, Homoxi, Papiú e Parafuri. No momento há 35 pistas de pouso ilegais em área Yanomami e o número de garimpeiros chega a 3.000 no Brasil e 4.000 na Venezuela.

Nós Yanomami queremos ajuda de vocês para divulgar estas notícias sobre a invasão dos garimpeiros. Pedimos que esta denúncia seja transmitida para vários países da Europa e nos Estados Unidos para que eles tomem conhecimento do que está ocorrendo de novo na área Yanomami. Pedimos que as organizações destes países, que apoiam a questão indígena enviem cartas ao presidente do Brasil pedindo que ele libere verbas para a operação de retirada dos garimpeiros para que acabe com urgência a invasão da área Yanomami.

Caso os garimpeiros não sejam retirados logo, as doenças voltarão a aumentar de novo." *(Davi Kopenawa Yanomami, 05/06/96)*

PF DIZ QUE FALTAM RECURSOS PARA AGIR

A superintendente da PF em Roraima, Sueli Golrisc, adverte: a falta de pessoas e de dinheiro para o processo de fiscalização das reservas indígenas do Estado está facilitando as invasões de garimpeiros na região, sobretudo nas terras de domínio dos Yanomami. Ela considera exagerado, porém, o número divulgado pelo líder Yanomami Davi Kopenawa de existirem três mil garimpeiros no Brasil e quatro mil na Venezuela. "Caso esses sete mil garimpeiros realmente existissem na reserva indígena, já teríamos senti-

do o efeito deles na economia do Estado. Pelo menos de 15 em 15 dias teriam que vir à cidade comprar alimentos e combustível, o que estimularia o comércio, cujas vendas estão em baixa, mas que há garimpeiros nas terras indígenas, não há a menor dúvida", disse Sueli Goerisch. *(Correio Braziliense, 22/06/96)*

ONGS RECORREM A FHC PARA RETIRADA DE GARIMPEIROS

Dois entidades internacionais, a Survival International e a World Rainforest Movement, enviaram carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Survival diz em sua carta "estar alarmada com o aumento da violência na área indígena, pois os garimpeiros estão entregando armas aos índios e os incitando à violência entre grupos." A mensagem do presidente da WRM reforça a preocupação da Survival. A entidade pede um sistema de vigilância permanente na área e lembra, ainda, que o governo brasileiro se comprometeu a retirar os garimpeiros que voltaram a invadir a reserva depois da visita de uma comissão de direitos humanos da OEA, em dezembro de 1995, à área Yanomami.

A coordenadora da CICY, Claudia Andujar, pediu, no dia 2 de agosto, ao porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, que intercedesse junto ao presidente Fernando Henrique para liberação de R\$ 6 milhões destinados à retirada de garimpeiros da área dos Yanomami. *(IB, 30/07 e 03/08/96)*

MISSIONÁRIOS SÃO MAIS NOCIVOS QUE GARIMPEIROS, DIZ PF

Para a PF, os missionários estrangeiros, contra os quais a Funai não faz nada, são mais "perigosos" do que os garimpeiros.

A superintendente da PF em Roraima, Sueli Goerisch, considera o garimpo "um problema, mas é o terceiro ou quarto item em prioridade". Para ela, os números da Funai sobre a invasão da reserva estão superestimados.

"A Funai tem que deixar de brincar e começar a trabalhar. O maior problema são essas entidades que entram para catequizar os índios", diz Goerisch.

Segundo o administrador da Funai em Boa Vista, são 19 missionários estrangeiros que trabalham na área Yanomami: 13 americanos, três portugueses, um alemão, um argentino e um queniano. Os missionários trabalham nas áreas de educação, saúde e religião. "Eles tentam catequizar os índios mas não conseguem. Eu sou contra esse trabalho, mas eles chegam aqui com a autorização do Itamaraty. O que eu vou fazer?" disse Tavares. *(FSP, 18/08/96)*

GOVERNO PREPARA "OPERAÇÃO YANOMAMI"

A maior e mais importante operação militar do governo Fernando Henrique Cardoso, a ser realizada nos quase dez milhões de ha da reserva Yanomami, deverá envolver mais de cinco mil militares do Exército e da Aeronáutica, além de tropas das Forças Armadas da Venezuela - com o objetivo de expulsar os três mil garimpeiros brasileiros e venezuelanos - cuja ação predatória vem destruindo rios e florestas, além de ameaçar com doenças os quase dez mil Yanomami que vivem na reserva. A operação vai incluir a participação da PE Funai, Ibama e DNPM e do Ministério das Relações Exteriores. A Operação Yanomami ainda está no papel, à espera da boa vontade de um único homem: o ministro do Planejamento, Antonio Kandir. Dele depende a liberação dos R\$ 6 milhões necessários. *(O Globo, 27/10/96)*

CONFLITO MATA TRÊS YANOMAMI E UM GARIMPEIRO

Um conflito na reserva dos Yanomami resultou na morte de três índios da aldeia do Jericó e de um garimpeiro brasileiro. A denúncia foi feita pelo antropólogo goiano Marcos Lazarin em carta ao diretor da CICY, Carlos Zacquini.

Na carta, o antropólogo, que faz uma pesquisa na reserva indígena para uma tese acadêmica, conta que o conflito ocorreu no início do mês numa festa perto do rio Paragua, na parte da reserva localizada na Venezuela. Segundo Lazarin, o tiroteio que resultou nas mortes foi provocado pelo consumo elevado de álcool por índios e garimpeiros. O índio Pedro Yanomami teria atirado em um garimpeiro identificado na carta do antropólogo como Gaúcho, começando o confronto. *(O Globo, 11/12/96)*

CONFLITOS COM MORTES CONTINUAM

Em dezembro, três Xiriana (sub-grupo Yanomami) e um garimpeiro morreram na Venezuela, perto da fronteira brasileira.

No final de dezembro, em Homoxi, um Koroatheri foi morto a tiros por homens do Tiraytheri, com balas que, segundo informaram, teriam sido adquiridas da polícia venezuelana. *(Ubatuba/CICY, fev/97)*

RECURSOS PARA DESINTRUSÃO NÃO CHEGAM

Dos 2,4 milhões que a Funai enviou para Boa Vista para dar início à limpeza que tiraria os garimpeiros da terra dos Yanomami, apenas R\$ 400 mil chegaram ao destino. *(Danusa Leão/IB, 23/03/97)*

PISTAS CLANDESTINAS SÃO FOCOS DE DOENÇAS

Técnicos da Funasa garantem que a invasão garimpeira dificulta o trabalho de combate e controle de doenças endêmicas. Semente do lado roraimense da reserva, ao norte, há pelo menos 24 pistas clandestinas espalhadas desde a divisa com o Amazonas até a fronteira com a Venezuela, ao extremo noroeste do Estado.

Edgar Dias Magalhães, coordenador do Distrito Sanitário Yanomami, disse que as pistas clandestinas preocupam porque essas localidades são focos de infecção e reinfeção de doenças infecto-contagiosas, principalmente a malária. Edgar diz que a Funasa tem mantido a doença estável, mas seu controle fica difícil, porque não existe um trabalho de combate à malária do lado venezuelano.

Na área há 23 postos de saúde, dos quais 15 são mantidos pela Funasa em conjunto com a Funai. Os demais são mantidos por várias ONGs. *(Folha de Boa Vista, 14/05/97)*

DAVI VIAJA PARA DENUNCIAR

O líder yanomami, Davi Kopenawa, denunciou que a atividade garimpeira na reserva indígena foi retomada há alguns meses. Ele declarou estar se preparando para percorrer os países do primeiro mundo, no próximo mês, para denunciar aos ambientalistas estrangeiros a invasão do território do seu povo, considerado o mais primitivo do planeta. Kopenawa informou que garimpos estão sendo reativados nas regiões do rio Paapiú, Alto Catrimani, Alto Uraricuera, Parima e Alto Apitá. "Nesses locais os garimpeiros estão recuperando as pistas de pouso e até levando mantimentos e maquinário", afirmou. *(A Crítica, 29/08/97)*

"OPERAÇÃO YANOMAMI" COMEÇA...

O governo federal retomou o combate à invasão de garimpeiros da Área Yanomami, em Roraima. A Operação Yanomami está sendo realizada em conjunto pela Funai, Polícia Federal, Ibama, Exército e Aeronáutica e terá um custo de R\$ 1,7 milhão. No último fim de semana, foi destruída a pista clandestina de Surucucus, a noroeste do estado. De acordo com o presidente da Funai, Sulvan Silvestre, mais 30 pistas devem ser dinamitadas e todos os homens envolvidos têm ordem para prender garimpeiros, caçadores ilegais, posseiros e grileiros. Segundo ele, os que forem presos a partir de agora vão responder a processo civil e criminal e terão produtos como avião, ouro e equipamentos apreendidos e levados para um depósito judicial. Silvestre quer contar também com

Pressione Esc para sair da tela inteira

a ajuda dos próprios índios que, conhecedores da mata, podem mostrar onde estão os predadores. Na viagem que fará na próxima semana à Inglaterra, o presidente Fernando Henrique Cardoso vai levar o resultado da operação surpresa na reserva dos índios Yanomami. A operação, programada há dois anos, vai ser a resposta que o presidente dará às ONGs que reivindicam mais atenção do governo em relação aos índios. Há mais de cinco anos o governo não realizava uma operação dessa natureza na Reserva Indígena Yanomami, considerada a maior do país e com tamanho equivalente ao de Portugal e da Bélgica, e onde vivem mais de nove mil índios. *(O Popular, 12/11 e OESP, 24/11/97)*

... INCLUINDO FISCALIZAÇÃO A VÔOS CLANDESTINOS...

O presidente da Funai, Sullivan Silvestre, vai pedir à direção do Departamento de Aviação Civil que aumente a fiscalização sobre os vôos clandestinos em direção à área da reserva dos Yanomami, a 200 km de Boa Vista (RO). A medida faz parte da segunda etapa da operação de retirada de garimpeiros da região, que começou no dia 5 de novembro do ano passado. *(FSP, 05/01/98)*

... E DESATIVAÇÃO DE POSTO DE COMBUSTÍVEL

Posto clandestino de combustível na vila de Entre Rios, região de Caroebe, foi desativado e lacrado ontem pela Polícia Federal e pelo coordenador da Operação Yanomami da Funai, Paulo Roberto. Nas contas de Paulo, o Eldorado Auto Posto vendia em média cinco mil litros de gasolina para aviação por mês, o suficiente para garantir a ida e vinda de uma aeronave tipo Cessna 206, monomotor, 27 vezes na área Yanomami, transportando cerca de cinco garimpeiros por cada vôo. *(Brasil Norte, 09/01/98)*

OPERAÇÃO QUER COMPLETAR RETIRADA DE GARIMPEIROS...

Restam 800 a mil garimpeiros para serem retirados da área Yanomami, segundo previsões da Funai. Foram retirados 682, dos quais 542 haviam sido indiciados pela Polícia Federal. A próxima etapa do trabalho consiste em evitar o retorno dos garimpeiros para a reserva. "Sabemos que há atividade garimpeira no rio Caoborí e Pico da Neblina, onde esperamos encontrar de cem a 150 garimpeiros", afirmou Paulo Roberto, coordenador da operação pela Funai. As atividades da segunda etapa serão realizadas principalmente em Boa Vista. "Faremos a fiscalização permanente das distribuidoras de combustível para aviação (Shell e Petrobrás), e das

postos de combustível da capital", informou o funcionário. Serão recenseadas todas as aeronaves do Estado, inclusive as de uso agrícola, para que sejam localizadas aeronaves clandestinas. *(Folha de Boa Vista, 09/01/98)*

... PARA CHEGAR À SUA ETAPA CONCLUSIVA

Acompanhado da coordenação da Operação Yanomami e jornalistas, o presidente da Funai esteve na área indígena para anunciar a fase conclusiva da ação que tenta manter a comunidade livre da ação predatória dos garimpeiros. Uma das formas de evacuar a área por completo, anunciada pelo coordenador da operação, é o ponto principal do Plano de Defesa da Área Yanomami, cuja minuta será apresentada hoje à imprensa, com o controle rigoroso da venda de combustíveis e da atuação de aeronaves no Estado e a entrada de alimentos. *(Brasil Norte, 14/01/98)*

DAVI AVALIA OPERAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

"Operações já aconteceram muitas, o que espero é que os garimpeiros não voltem para a nossa terra," declara o líder Yanomami, Davi Kopenawa, ao falar do encerramento de mais uma operação de retirada dos garimpeiros da reserva indígena. O líder yanomami diz que o maior mal levado pelos brancos são as doenças, em especial a malária, que mata de forma assustadora os Yanomami. Os piores anos para os Yanomami, segundo Davi foram "a partir de 1986, até 89/90, quando milhares de garimpeiros estavam em cada pedaço da nossa terra". Davi falou dos estragos provocados ao meio ambiente pelos garimpeiros: desmatamento, empocamento de água, queimadas e lembra que a maioria absoluta dos garimpeiros não é de Roraima, e sim de outros Estados. "São pessoas que não possuem empregos ou outra forma de sobreviver em seus Estados", afirma Davi. *(Brasil Norte, 15/01/98)*

RELATOR DEFENDE MINERAÇÃO

Um projeto do senador Romero Jucá (PFL-RR) estabelece mineração em áreas indígenas com o consentimento das comunidades atingidas. Ao anunciar os resultados da operação Yanomami, o presidente da Funai, Sullivan Silvestre, disse que essa área não deve ser atingida pelo projeto Jucá. "O nível de aculturação dos Yanomami não permite". Relator do projeto de Romero Jucá na Câmara, o deputado Elton Ronhelt (PEL-RR), vice-líder do governo, disse que a Funai não será ouvida a respeito. "A anuência para o

ingresso das minerasoras será dada pelos yanomami aculturados que sabem falar o português e querem a melhora de suas tribos", disse ele. A Procuradoria da República em Roraima constatou que "segmentos políticos do Estado" incentivaram a invasão da área indígena em outubro, quando o projeto do senador foi aprovado por unanimidade no Senado. Um jornal local chegou a anunciar em manchete que o garimpo estava liberado na área yanomami. Um programa da Rádio Difusora, do governo estadual, foi suspenso pela Justiça por incentivar a reação dos garimpeiros contra a Polícia Federal. *(O Estado de Minas, 15/01/98)*

RETORNO DE SOBREVIVENTES A HAXIMU CAUSA PREOCUPAÇÃO

Cerca de 70 índios Yanomami, sobreviventes do massacre da aldeia de Haximu, de agosto de 1993, retornaram há dois meses à antiga aldeia, localizada na Venezuela, próxima da fronteira com Roraima. Entidades de defesa dos direitos humanos do Brasil e da Venezuela temem uma nova tragédia na área, porque o governo venezuelano não presta assistência aos 16 mil Yanomami que vivem em seu território e não combate a invasão de garimpeiros brasileiros. Os Yanomami caminham 70 km floresta para voltar para Haximu. Abandonaram a aldeia de Toototobi, em Roraima, onde haviam se refugiado após o massacre de 16 índios. "Eles estavam com saudades e foram estimulados por garimpeiros em troca de armas e mantimentos", disse Davi Kopenawa, funcionário da Funai e chefe do posto indígena na aldeia de Demini. Em troca de armas e mantimentos, os índios concordaram com a construção de uma pista clandestina perto da antiga aldeia e estariam trabalhando para os garimpeiros, disse Davi. "A Venezuela tem uma política diferente com relação aos índios, mas participa de reuniões com o governo brasileiro para combater a garimpage", disse o embaixador da Venezuela no Brasil, Nilos Alcalay. *(A Crítica, 21/01/98)*

JUSTIÇA PUNE GARIMPEIRO POR INVASÃO

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região (Brasília), em decisão publicada no Diário da Justiça do dia 17 de agosto de 1998, não aceitou o pedido de soltura encaminhado pelo garimpeiro Nelson Lindermann, preso por invadir a TI Yanomami, localizada no oeste do estado de Roraima. O Tribunal entendeu que a prisão de Lindermann foi justa e correta já que a legislação federal proíbe a extração de minérios dentro de terras indígenas. *(ISA, 21/08/98)*

225

POVOS INDÍGENAS

Pressione Esc para sair da tela inteira

NO BRASIL

2001/2005



INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL

Digitized by Google

O Retorno do Caos

Regina Duarte da Paiva

Arqueóloga, pesquisadora do IBRUSP e Instituto Socioambiental

CENTENAS DE GARIMPEIROS SE APROVEITAM DA MOROSIDADE E DA DESARTICULAÇÃO DO PODER PÚBLICO E VOLTAM A INVADIR A TI YANOMAMI

No dia 9 de dezembro de 2002, os Yanomami do Paapiu, uma das regiões mais atingidas pela corrida do ouro que levou milhares de garimpeiros ao interior de seu território no final da década de 1980, escreveram em uma carta dirigida à Funai:

“No dia 1 de agosto de 2002, um avião de garimpeiros desceu, às 7 horas da manhã. No dia 2 outro avião desceu, às 8 horas. No dia 4, outro avião desceu, às 10 horas. No dia 5, outro avião, às 9 horas. No dia 11, outro avião, às 6 horas. No dia 12, outro avião, às 12 horas. No dia 14 o avião desceu às 9 horas. No dia 15 às 8 horas. No dia 16 desceu às 4 horas da tarde. No dia 18 às 3 horas. No dia 19 desceu às 8 horas”.¹

O controle dos pousos e decolagens testemunhados pelos Yanomami em uma pista conhecida como “Rangel”, nas proximidades do rio Couto de Magalhães (RR), engrossa uma longa lista de denúncias, cartas e solicitações encaminhadas aos órgãos competentes na esperança de barrar mais uma invasão maciça de garimpeiros que vêm reocupando antigas grotas de exploração do ouro.

Aterrorizados pela perspectiva de novamente sucumbirem ao impacto devastador provocado pela proliferação de epidemias, à degradação ambiental, à violência, ao abuso de suas mulheres e à fome, lideranças Yanomami tomaram a frente no processo de fiscalização de seu território – decorrência direta da conscientização política e da capacitação continuada realizada nos últimos anos. Infelizmente, no entanto, seus apelos não encontram guarida nos corredores da burocracia. Desde esse período, as ações dos órgãos competentes limitaram-se a sobrevôos de reconhecimento, declarações difusas e poucos resultados práticos.

A partir de meados de 2004, mudanças na política de atendimento à saúde indígena provocaram o desmonte da rede de comunicação concretizada pela instalação de aparelhos de rádio

nas aldeias, limitando assim a capacidade de comunicação e vigilância territorial dos Yanomami. Como era esperado, o relaxamento da fiscalização do tráfego aéreo e o sucateamento da estrutura em área potencializaram as oportunidades para os invasores.

Incentivados por uma nova tendência de aumento nas cotações do ouro no mercado internacional (cerca de 550 dólares a onça na *London Bullion Market* em janeiro de 2006 – a maior cotação desde 1981), os garimpeiros embrenham-se na mata em busca de novos veios para a extração do minério.

Dia 23 de novembro de 2005, 52 Yanomami do Haxiu, uma aldeia localizada a cerca de 20 km de distância do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF) do Exército Brasileiro, prenderam três garimpeiros que perambulavam por sua região. Eram exploradores em busca de novos sítios para a exploração do ouro, indicação clara da expansão das atividades de exploração ilegal do minério no interior da TI Yanomami. A situação torna-se ainda mais grave se considerarmos o recente fechamento de diversos pólos de atendimento no coração da área, dentre eles o Pólo Base de Honcoxi, no Alto Rio Mucajai, um dos centros da invasão da década de 1980. O abandono dessas unidades de saúde, além de provocar a degradação do patrimônio público, facilita o desenvolvimento de ações ilícitas no interior da área indígena.

Pressionada por índios e organizações indigenistas de apoio, a Administração Executiva Regional da Funai, em Roraima, declarou ao *Jornal Folha de Boa Vista* em 02/12/2005 que uma nova operação de retirada seria deflagrada até o final de dezembro do mesmo ano. Mais uma vez, no entanto, as ações não foram além de reuniões com representantes do Ibama e da Polícia Federal e alguns sobrevôos de admoestação, nos quais panfletos sugerindo aos garimpeiros que saíssem voluntariamente da área foram lançados sobre os acampamentos, reproduzindo mais uma vez as primeiras fases de um modelo de desintrusão que remonta ao fim do governo Sarney. Apenas em abril de 2006 é que ações pontuais foram realizadas. Cerca de 15 garimpeiros foram retirados, mas devido à falta de produtos que caracterizassem a realização de garimpagem ilegal, foram liberados pela justiça logo após prestarem depoimento.

Nova Epidemia de Malária

Cláudio Esteves de Oliveira e Daise Alves Francisco

Univ. Saúde Yanomami

RETROCESSOS NA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À SAÚDE INDÍGENA PROVOCAM O CAOS, O DESPERDÍCIO DE RECURSOS E O RETORNO DA MALÁRIA À TI YANOMAMI

Do fim dos anos 80 até o fim dos anos 90, os índios Yanomami foram assolados por uma terrível epidemia de malária introduzida pela invasão de suas terras por milhares de garimpeiros oriundos dos quatro cantos da Amazônia. A dramática situação dos Yanomami, dizimados por essa epidemia –1.600 índios morreram da doença no período–, ocupou regularmente as manchetes da imprensa nacional e internacional durante uma década. Consideráveis somas de dinheiro público foram investidas para controlar o desastre. Entretanto, os órgãos públicos (a Funai e, depois, a Fundação Nacional de Saúde – então FNS) se mostraram incapazes de solucionar o problema.

Durante uma década, a malária passou a ser a principal causa de morte entre os Yanomami, contribuindo também para a elevação das mortes por outras doenças, por seu poder de enfraquecer os indivíduos infectados e de reduzir a capacidade das comunidades de realizar suas atividades de subsistência.

A partir do fim de 1999, foi implementada no país uma reforma visando à gestão descentralizada da saúde indígena com a efetiva participação das organizações indígenas e das instituições não governamentais de notória competência no assunto. Foi então realizado na terra Yanomami um mapeamento sistemático das áreas mais vulneráveis à infestação malárica, organizado um rigoroso e permanente sistema de vigilância epidemiológica no campo e estabelecida uma rede bem-estruturada de assistência com amplo envolvimento dos Yanomami e de suas lideranças. Essas medidas, que vigoraram até julho de 2004, permitiram praticamente debelar a incidência de malária na maioria das regiões da área yanomami.

Em 2004, o Governo atual achou por bem cancelar autoritariamente a reforma anterior e, assim, novamente concentrar nas Coordenações Regionais da Funasa a gestão de insumos essen-

ciais às atividades de assistência em saúde nas áreas indígenas e reduzir a participação do setor não governamental competente à mera contratação de recursos humanos (Portaria 70 de 20 de janeiro de 2004).

DE VOLTA AO CAOS

Essa volta do centralismo burocrático e do acesso das forças políticas locais ao orçamento da saúde indígena foi o pontapé inicial para um rápido retrocesso da saúde Yanomami à calamitosa situação dos anos 90. Sem preparo mínimo para assumir a gestão direta da saúde Yanomami, a Funasa desmontou a fórmula bem sucedida do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-Y) e implementou no seu lugar uma estrutura altamente burocrática, perdulária e ineficiente, rapidamente loteada por indicações de políticos locais e alvo de suspeitas de graves irregularidades – a ponto de ter sua gestão atualmente analisada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a pedido do Ministério Público.

Ao longo do segundo semestre de 2004 e do ano de 2005, os gastos do DSEI-Y cresceram vertiginosamente, atingindo um gasto mensal que atualmente é mais do que o dobro do que era antes da contra-reforma. A extrema burocratização das atividades assistenciais, as intervenções políticas e a incompetência técnica do quadro dirigente do DSEI-Y provocaram recorrentes crises no fornecimento dos serviços de saúde na área Yanomami e a desorganização do trabalho de campo (falta crônica de remédios e equipamentos, interrupção do pagamento dos funcionários e dos vãos para entrada de equipes de saúde na área); falhas periodicamente noticiadas na imprensa local e nacional.

Desde meados de 2004, lideranças, agentes de saúde e professores Yanomami passaram a denunciar regularmente a degradação da assistência à saúde e o aumento das doenças na TI Yanomami. Porém, a palavra dos índios, outrora imprescindível no controle de qualidade do atendimento em saúde no campo, passou a ser sistematicamente desprezada, negada ou abafada pelos dirigentes locais da Funasa e do DSEI-Y. Entretanto, no final



Mudanças na Política Indigenista¹

José Antonio Kelly

Antropólogo, coordenador do Plan de Salud Yanomami,
Ministério da Saúde, Venezuela.

Javier Carrera

Antropólogo, coordenador do programa de formação do
Plan de Salud Yanomami, Ministério da Saúde, Venezuela.

A IMPLANTAÇÃO DO PLAN DE SALUD YANOMAMI REVELA A FACE POSITIVA DA POLÍTICA INDIGENISTA VENEZUELANA

No presente artigo, oferecemos uma breve síntese da atualidade dos Yanomami na Venezuela. Alguns eventos relevantes dos últimos anos estão expostos em ordem cronológica, como fio condutor para prover informações sobre os Yanomami deste país, e contrastá-las com o contexto dos Yanomami no Brasil.²

▪ **19 de dezembro de 1999:** O Estado venezuelano chega a um acordo amistoso com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em relação ao caso do Massacre de Hasima, ocorrido em 1983, e se compromete a desenvolver um plano de saúde para o povo Yanomami. Esse compromisso, em conjunto com a inclusão de oito artigos sobre os direitos dos povos indígenas na nova constituição de 1999 e a ratificação da Convenção 169 da OIT, à qual se confere estatuto constitucional, foi mais uma demonstração da importante reviravolta na política indigenista venezuelana.

Esse compromisso internacional favoreceu propostas e projetos de profissionais que vinham acompanhando a saúde dos Yanomami há muitos anos, e que se combinaram no *Plan de Salud Yanomami* (PSY) em 1999. Esse impulso inicial decaiu posteriormente, pois foi apenas em 2003 que se obteve o financiamento estatal para a execução do PSY. O passo seguinte foi a criação da *Coordinación de Salud Indígena* (CSI) em junho de 2004,³ momento no qual o Ministério da Saúde (MS) retomou o interesse pelo PSY. Contudo, foi apenas em novembro de 2004 que as vontades políticas dentro do MS se aliaram à experiência técnica de uma pequena equipe de profissionais, conhecedores da realidade Yanomami, para iniciar a execução do PSY dentro de suas quatro linhas principais de ação:

- Consolidação da rede de postos de saúde existente
- Expansão dos serviços
- Formação de pessoal local de saúde

Desde novembro de 2004, há um ministro da Saúde com ampla experiência como médico e autoridade de saúde no Amazonas venezuelano, e há uma médica epidemiologista indígena como coordenadora de CSI. Essa combinação colocou a saúde indígena em um primeiro plano dentre as prioridades do MS, repercutindo favoravelmente sobre o avanço do PSY.

▪ **Novembro de 2001:** Primeira Conferência Yanomami realizada na comunidade de *Shakitba*, no setor Mavaca, Município de Alto Orinoco. Com a publicação do livro *Darkness in Eldorado: how Scientists and Journalists Devastated the Amazon* (*Trevas em Eldorado: como cientistas e jornalistas devastaram a Amazônia*), uma comissão do governo promoveu um evento de dimensões históricas para os Yanomami da Venezuela. Esse evento procurava indagar sobre os problemas atuais desses índios e buscar diretrizes em matéria de saúde, educação, organização política e demarcação territorial. Embora muitos delegados do governo tenham se reunido com eles, pouco ou nada resultou dos compromissos dos burocratas ante as demandas dos Yanomami. Não obstante, esse acontecimento serviu para ilustrar as relações Yanomami-Estado e para conhecer as opiniões dos índios sobre temas importantes.

Em matéria de saúde, os Yanomami exigiram a expansão dos serviços, mais postos de saúde e visitas de equipes médicas. Atualmente, há nove postos de saúde, o que deixa algumas dezenas de comunidades ainda desassistidas (cerca de 45% da população). Eles também pediram uma maior capacitação como auxiliares de enfermagem e microscopistas. Hoje há apenas 15 Yanomami formadas e trabalhando, enquanto a maioria das comunidades não tem pessoal de saúde local. Por último, solicitaram melhorias na infra-estrutura de saúde e nos meios logísticos, para que as equipes de atendimento possam cumprir cabalmente seu trabalho.

Em matéria de organização política, houve um debate sobre a criação do "município especial Yanomami" ou a continuidade do município do Alto Orinoco. A possibilidade dessa discussão foi dada pela anulação, em 1995 – por parte do *Tribunal Supremo de Justicia* –, da *Ley de División Política Territorial del Estado Amazonas*, que em 1992 decretou a criação de sete municípios. A proposta da criação de um município "monoétnico" Yanomami

23

Pressione Esc para sair da tela inteira

POVOS INDIGENAS NO BRASIL

2006/2010

*"Eu defendo o rio,
a floresta e a terra
para a sobrevivencia
do meu povo, das
novas gerações, meus
netos. Porisso eu não
aceito a construção da
barragem de Belo Monte
no rio Xingu."*

Raoni Metuktire



Google

Pressione **Esc** para sair da tela inteira

“TODA ESSA DESTRUIÇÃO NÃO É NOSSA MARCA, É A PEGADA DOS BRANCOS, O RASTRO DE VOCÊS NA TERRA”



© FOTOGRAFIA/REUTERS

Davi Kopenawa Yanomami

Quero dar para vocês minhas palavras tal como as penso. É assim. Nós, Yanomami, habitantes da floresta, não enchemos a terra de fumaças-epidemias *xawara*. São os brancos, os *napôpô*, que contaminam a terra. Esta é minha fala. Eles não parecem se preocupar com isso, mas nós, que vivemos na floresta, sabemos dessas coisas e por isso pensamos assim. Os brancos ficaram muito numerosos e começaram a destruir a floresta, a cortar suas árvores e a sujar seus rios. Eles fabricaram quantidades de mercadorias. Fizeram carros e aviões para andar rápido. Para fabricar todas essas mercadorias, cavaram o chão da terra para arrancar as coisas que estão nas suas profundezas. Assim começaram a propagar muitas fumaças-epidemias *xawara* por toda parte, estragando a terra.

Per causa disso, AS CHUVAS ESTÃO COMEÇANDO A CAIR DE UM MODO ESTRANHO. Quando os brancos estavam longe de nós, a floresta era bonita e saudável. Desde que passaram a ser muitos e se aproximaram de nós, ela tornou-se outra. Agora ela ficou ruim, cheia de fumaça-epidemia *xawara*. Nós, pajés, que fazemos dançar os espíritos *xapiri*, cuidamos da terra-floresta, por isso a conhecemos. Não nos



ILUSTRAÇÃO: DAVI KOPENAWA YANOMAMI

A Participação Indígena no Contexto dos Governos Lula

Antonio Carlos de Souza Lima

Professor de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ

A ENTRADA DO GOVERNO LULA TROUXE INÚMERAS EXPECTATIVAS, EXPRESSAS NA MACIÇA ADESÃO ELEITORAL DOS INDÍGENAS A LUIS INÁCIO LULA DA SILVA. MAS JÁ NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO AS FRUSTRAÇÕES ERAM GRANDES

O primeiro governo Lula (2003-2006) estabeleceu pouca ou nenhuma interlocução efetiva com os povos indígenas e suas organizações no tocante a temas como terra, saúde e educação. Um dos principais temas da pauta do movimento indígena foi longamente evitado: a criação de um conselho propositor e deliberativo para as políticas indigenistas, paritário entre Estado e organizações indígenas, com participação da sociedade civil organizada e do MPF.

A ideia de um conselho dessa natureza, sedimentada durante a reunião do Fórum Social Mundial de 2003, foi apresentada aos diversos setores de governo (à própria Funai, ao Ministério da Justiça, à Casa Civil etc.) e insistentemente sustentada por uma ampla articulação de atores indígenas e pró-indígenas, que resultaria na organização do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, tendo sido barrada por setores específicos em momentos de tramitação bastante avançada. Em 22 de março de 2006 foi criada a Comissão Nacional de Política Indigenista, como um suposto teste à criação do Conselho.

A dispersão das políticas indigenistas, saudável pela quebra da tutela, gerou grande estilhaçamento de ações, por total falta de coordenação, quando não por concorrência entre elas. A escolha do antropólogo Mércio Gomes, que ocupou a presidência da Funai de setembro de 2003 a março de 2007, em seguida à demissão de Eduardo Almeida (fevereiro a agosto de 2003), primeiro presi-

dente da Funai no governo Lula, representou a vitória das alianças interpartidárias contra os compromissos assumidos pelo PT e por Lula ao longo da campanha. Isso acarretou no retorno de perspectivas pró-tutelares, com direito inclusive a comemorações efusivas de trinta anos do caduco e inconstitucional Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973), e na total quebra de diálogo com o movimento indígena.

Do mesmo modo que o compromisso de homologação da demarcação da TI Raposa Serra do Sol só se efetivaria em 2005, a demanda pelo conselho só se viu satisfeita em abril de 2008. Sua criação foi noticiada em meio às manifestações do chamado Abril Indígena, mês de intensa mobilização anual dos povos indígenas em torno da data de celebração do Dia do Índio, em 19 de abril. Na prática, o Conselho, com caráter deliberativo, não foi implementado até o momento, e em seu lugar continua a existir a Comissão, carente de representatividade, eficácia e em larga medida hegemônica pela Funai.

A mobilização indígena durante o governo Lula finalmente redundou na substituição de Mércio Gomes pelo antropólogo Marcio Meira, que junto com Gilney Vianna fizera o relatório sobre política indigenista para a equipe de transição ao governo Lula, e a quem em primeira mão muitas reivindicações ainda hoje de pé foram apresentadas.

Meira procurou, num primeiro momento, retomar a busca de resolução dos problemas fundiários indígenas, sobretudo os fora da Amazônia, bem como esboçar uma articulação com os órgãos de outros ministérios encarregados de políticas indigenistas. Pouco a pouco sua administração cedeu ao fôlego desenvolvimentista governamental em que o crescimento econômico é o imperativo principal, sem estar alicerçado necessariamente em

252

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 2011/2016



Instituto Socioambiental - [Resultados](#) | [Acervo](#) | [ISA \(socioambiental.org\)](#)

2011 - 2016



O Desafio de Proteger a Maior Terra Indígena do Brasil

Instituto Socioambiental - [Resultados](#) | [Acervo](#) | [ISA \(socioambiental.org\)](#)

2011 - 2016

Estevão Benfica

Geógrafo, ISA

MESMO COM UM BAIXO ÍNDICE DE DESMATAMENTO, A TI YANOMAMI VEM SOFRENDO NOS ÚLTIMOS ANOS COM INVASÕES, EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA, INCÊNDIOS DESCONTROLADOS, GRILAGEM E COM O PERSISTENTE GARIMPO, QUE PERSISTE COMO A PRINCIPAL AMEAÇA AO TERRITÓRIO YANOMAMI E YE'KUANA

A TI Yanomami é a maior Terra Indígena do Brasil, com uma área de mais de nove milhões de hectares, localizada em dois estados, Amazonas e Roraima, e oito municípios. Somada ao território Yanomami na Venezuela, forma uma das maiores e mais importantes áreas de floresta contínua do mundo, com baixíssimos índices de desmatamento, — menos de 1% — alta produtividade florestal, e de reconhecida importância para a conservação e produção da biodiversidade.

Apesar do baixo índice de desmatamento e da degradação pouco aparente, a TIY não está livre de pressões. Além do garimpo que desde a década de 1980 consiste na principal ameaça à integridade física e cultural dos povos que vivem nesta área, novas invasões têm se tornado mais frequentes e críticas. Exploração ilegal de madeira, invasão de não indígenas, incêndios descontrolados e grilagem são alguns dos novos desafios que os Yanomami e os Ye'kwana têm pela frente, sobretudo no chamado limite leste da Terra Indígena, fronteira de mais de 700 km localizada na zona de transição floresta-lavrado, no Estado de Roraima.

Ao observar as imagens de satélite do entorno da TI Yanomami nos últimos anos dez anos nota-se um rápido avanço do des-

matamento em direção aos limites, com manifestas marcas de invasão em algumas regiões. Este processo, por sua vez, está diretamente relacionado à ausência de ordenamento territorial e fiscalização por parte dos órgãos competentes, e tem levado a uma ocupação da floresta de Roraima cada vez mais pernicioso ao meio ambiente e aos interesses públicos.

Nos municípios do limite leste da TIY, Caracará, Iracema, Mucajaí, Alto Alegre e Amajari, em Roraima, o desmatamento na última década tem se mantido crescente, apesar de não registrarem números alarmantes. Se analisada a localização e o sentido deste desmatamento, porém, observa-se que ele está concentrado nas pontas das estradas vicinais que se prolongam para fora dos assentamentos em direção às áreas de floresta primária que bordeiam a TI Yanomami.

Além das áreas devolutas, o prolongamento dos ramais já atinge algumas das Unidades de Conservação Federais presentes na região, como a Floresta Nacional de (Flona) Roraima e a Estação Ecológica (Esec) de Caracará, favorecendo a invasão dessas áreas, a retirada ilegal de madeira, a pesca e a caça ilegal, entre outros ilícitos.

Em Roraima, o desmatamento em larga escala é um fenômeno pós-década de 1980, associado à construção de estradas e à ocupação das áreas de floresta em Projetos de Assentamento (PA). A insuficiência dos serviços e das políticas públicas voltadas aos assentados contribuiu, entre outros fatores, para a ocupação desordenada e predatória da floresta nos assentamentos — e também para o abandono e venda de lotes que se constituíram em fazendas, assim como para a expansão do desmatamento e da ocupação irregular nas áreas adjacentes aos projetos.

O Povo Yanomami Está Contaminado por Mercúrio

Instituto Socioambiental - [Resultados](#) | [Acervo](#) | [ISA \(socioambiental.org\)](#)

2011 - 2016

Marcos Wesley de Oliveira

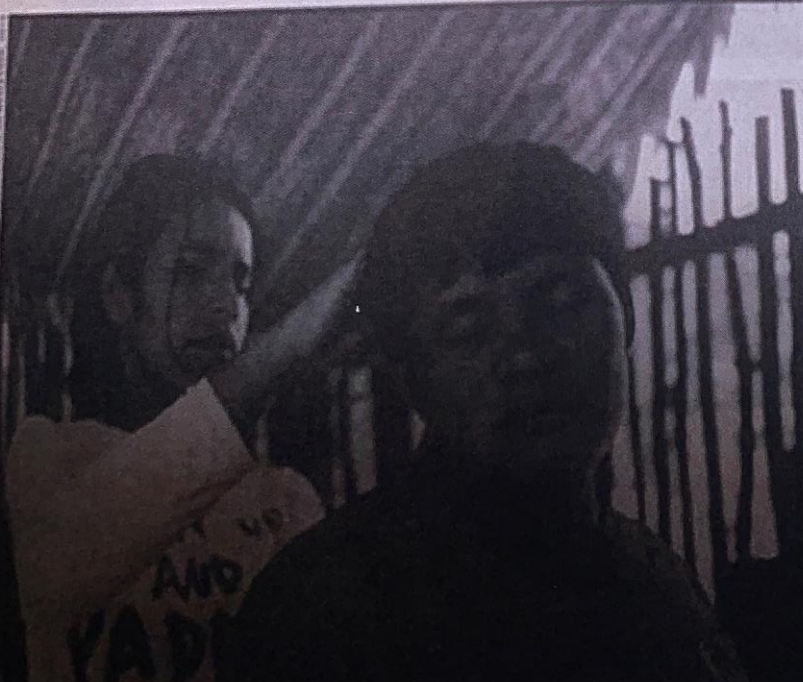
Coordenador adjunto do Programa Rio Negro do ISA

ESTUDO INÉDITO DA FIOCRUZ, EM PARCEIRA COM O ISA, APONTA PRESENÇA DE ALTOS NÍVEIS DE MERCÚRIO EM HABITANTES DA TI YANOMAMI

Ter em um território que tenha em seu subsolo grandes reservas de ouro pode parecer uma benção e um sinônimo de riqueza. Infelizmente, para os Yanomami, esta situação tem sido a sua maior maldição. Um estudo recente conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o ISA, mostra que a contínua invasão ilegal de garimpeiros em seu território tem trazido graves consequências: algumas aldeias chegam a ter 92% das pessoas examinadas contaminadas por mercúrio.

“São muitos os garimpeiros que trabalham ilegalmente em nossos rios e além do desastre ambiental e social que causam, nós desconfiamos que nosso povo está sendo envenenado com o mercúrio utilizado pelos garimpeiros”, denunciou em março de 2013 Davi Kopenawa Yanomami.

Assim, atendendo ao pedido da Hutukara Associação Yanomami (HAY) e da Associação do Povo Ye'kwana do Brasil (Apyb), uma equipe de pesquisa da Fiocruz visitou 19 aldeias, em novembro de 2014. Foram coletadas 239 amostras de cabelo, priorizando os grupos mais vulneráveis à contaminação: crianças, mulheres em idade reprodutiva e adultos com algum histórico de contato direto com a atividade garimpeira. Também foram coletadas 35 amostras de peixes que são parte fundamental da dieta alimentar destes índios. O estudo foi realizado nas regiões de Papiú e Waikás, onde residem as etnias Yanomami e Ye'kwana.



Amostra de cabelo de rapaz contaminado por mercúrio.